

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT 24ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2368, sala 101, Edifício Top Tower, bairro Jardim Aclimação.

CUIABÁ-MT, 18 DE JANEIRO DE 2014.

## ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

Inicio: 08h30m OBS.
 Término: 12h20m

3

4

5

10

11

12

13

14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

1. PRESENÇAS: MEMBROS DO CAU/MT: Presidente CLAUDIO SANTOS DE MIRANDA, Vice-Presidente NICÁCIO LEMES DE ALMEIDA JÚNIOR, Diretora Financeira Conselheira ANA RITA MACIEL RIBEIRO, Conselheiro ÉDER BISPO SANTOS, Conselheiro SÉRGIO SILVA SANTOS, Conselheiro LUCIANO NAREZI DE BRITO, Conselheiro BENEDITO LIBÂNIO NETO, Conselheira CARMEN LEONIR B. AMARAL, Conselheiro LAURO BOA SORTE CARNEIRO, Conselheiro GERALDO AUGUSTO P. DE SOUZA e Conselheiro HIGOR NEVES DE OLIVEIRA 1.2 EQUIPE DO CAU/MT: Gerente Geral GEYSE AGUIAR, Gerente Financeira LUCIMARA LÚCIA FONSECA. 2. ABERTURA DOS TRABALHOS: Às 08h30min, após a verificação de quorum, o Presidente CLAUDIO cumprimenta os conselheiros e demais presentes. Fala da dificuldade que o Conselho vem atravessando em relação ao pessoal, que estão aguardando a conclusão do concurso e por essa razão a estrutura está limitada. Fala sobre a pauta onde consta a aprovação das atas das reuniões plenárias 18ª e 19ª. Pede licença para retirar da pauta a 18ª porque o conselheiro EDER havia pedido a revisão e ela foi reproduzida ali, na pauta anterior, mas quer submeter aos conselheiros a aprovação da 19ª. Diz estarem fazendo uma força tarefa para que na próxima reunião plenária sejam aprovadas todas as atas. Elas foram disponibilizadas à noite, encaminhou por email aos conselheiros e quer saber se todos estão de acordo com a aprovação da 19ª. Foi aprovada por unanimidade a ata da 19ª Reunião Plenária. A seguir pergunta se algum conselheiro tem algum comunicado de ordem geral, caso contrário passam para a ordem do dia. Nada constando passam para a segunda parte da reunião, a posse do conselheiro suplente LAURO. O presidente faz a apresentação do conselheiro LAURO dizendo que já o conhece há bastante tempo, que é uma referência muito interessante para o Conselho. O LAURO trabalhou e trabalha no planejamento, na secretaria de Educação da Prefeitura, conhece os processos de análise e aprovação dos projeto com profundidade que é uma área importante para o Conselho atuar. Diz termos essa carência em relação a maior agilidade nos processos de aprovação na Prefeitura de Cuiabá, a categoria sempre reclamou muito desses processos e o LAURO pode ser um parceiro interessante, no sentido dessa articulação, inclusive em função até do trabalho que ele realizou na SMADES e na SMDU durante bastante tempo. A seguir dá as boas vindas para o conselheiro e passa a palavra a ele para manifestação sobre o que pensa sobre Conselho e a seguir se algum conselheiro quiser também se manifestar. A palavra está aberta. O Conselheiro LAURO cumprimenta a todos e agradece ao presidente CLAUDIO pela breve apresentação, diz ter gostado. Fala que pretende, mesmo na condição de suplente, colaborar com o Conselho, no que diz ao expediente dos trabalhos mesmo, tomada de decisões, análise de processos, tudo que for relacionado ao expediente, quer estar presente para ajudar a melhorar o andamento do CAU, o crescimento do CAU, fortalecer o crescimento do CAU. Diz-se muito empolgado, mesmo sendo o último ano da gestão, que está ai para trabalhar e sendo só o que tinha a dizer, agradece. O Conselheiro NICÁCIO diz que é sempre um prazer estar acompanhando o futuro profissional do conselheiro LAURO e remete à época da Universidade onde foi professor dele. Diz ser uma pessoa bem preparada, ter visão e que vai somar ao grupo de trabalho. O presidente CLAUDIO diz que falaram em relação as qualidades profissionais do LAURO mas quer reforçar o que sempre lhe chamou a atenção a convivência, são os aspectos relacionados com a integridade, com o comprometimento, com a ética com que todo mundo sabe que o Conselheiro desempenhou as suas atividades. A seguir oficializa o Diploma de ingresso do conselheiro LAURO no Conselho, dizendo ser uma honra. Em continuidade o Presidente CLÁUDIO passa para o próximo o ponto de pauta, a participação dos conselheiros no Congresso de Arquitetura em Fortaleza. Entende como um Congresso de importância internacional. Diz que na reunião que participou no CAU/BR foi manifestada a intenção de participação maciça de todos os conselheiros o que foi reforçado pelo presidente Haroldo, tanto pela importância quanto pela nossa afirmação quantitativa e qualitativa nesse evento como uma mudança, com a transformação que o CAU pretende se colocar para a sociedade. Diz não poderem esquecer que essa participação inclui despesas para o Conselho e que a princípio isso deveria ser dirigido aos titulares, não por uma questão de merecimento, mas pela questão da capacidade de endividamento do CAU, mas que acha não haver impedimento da participação do suplente caso haja impossibilidade do titular participar. Diz ser essa a opinião dele mas quer colocar para discussão, se os conselheiros acharem ser relevante essa questão de pauta, pois já poderiam providenciar a aquisição de passagens com antecedência reduzindo os custos. Passa a palavra ao Conselheiro SÉRGIO que



5

No.

parabeniza o conselheiro LAURO e referente ao Congresso o qual diz ser sempre bom participação de todos mas precisa ver se tem dinheiro para isso e que essa questão deveria entrar no âmbito do planejamento anual. Temos uma política de concessão de cartas e passagens para participar e se os próprios conselheiros começam a abrir a guarda e participar então você dá a abertura para que comece a existir uma participação em várias outras reuniões e isso cria um dispêndio grande para o Conselho. Diz não saber quando é o Congresso tendo como resposta dias 22 a 25 de abril. O presidente CLAUDIO continua e diz que de qualquer maneira ele quer uma decisão em relação à passagem. E antecipa ao conselheiro SÉRGIO, dizendo que a GEYSE vai falar mais nisso, que a gente vai ter um hiato, continuarão com a nossa estrutura desse nível de pessoal até entrar o pessoal do concurso, mas que a GEYSE já colocou mais ou menos os projetos que cada comissão fará, conforme definido pelos próprios coordenadores. Esse planejamento é o planejamento das comissões, não é o planejamento do presidente. Então diz que se isso é uma prioridade, as comissões assumem essa possibilidade do encaminhamento. O conselheiro ÉDER diz ficar sempre preocupado em relação as participações em congresso e eventos e tem uma posição muito crítica em relação a isso. Diz que já ocorreu no Conselho de conselheiro participar e não retornar nenhuma informação, nenhuma contribuição. Diz que se ele vai participar tem que ficar claro com que vai participar. O que vai apresentar, vai só para assistir? Indo assistir, o que ele trará de retorno para o Conselho. Diz não aprova as contas de conselheiro que participa de evento e não traz nenhuma contribuição. Entende como um desperdício do dinheiro público. Fala da necessidade da definição clara dos objetivos do Congresso, o que será abordado, qual é a nossa contribuição. Diz não achar necessário ir ao Congresso para se inteirar dos fatos, pois atualmente mesmo em frente a um computador é possível se relacionar. Acha necessário mudar essa maneira de ver o Conselho. Fala da necessidade de maior objetividade, mais planejamento. Diz ainda ser importante participar com alguma coisa definida, não apenas passear, que não há necessidade de tirar recursos do Conselho para isso. Entende necessário amadurecer a questão, que é preciso ser mais profissionais, trabalhar com objetividade. E se for participar, que traga um resumo. Fala ter havido conselheiro que foi apresentar resumo em seminário no Rio de Janeiro não trouxe contribuição nenhuma. O Conselho tem que ser mais profissional, tem que ser organizado e com objetividade. Antes de a gente estar discutindo se vamos ou não participar, vamos ver que Congresso é esse, o que será discutido. Diz não saber que Congresso é, o que será tratado, que nada foi passado a ele. Primeiramente quer saber o que será tratado nesse Congresso, para depois ver qual é a contribuição que o MT pode oferecer. Diz que necessariamente não precisa ser Conselheiro, há outros colegas que poderiam participar. Nomear algum colega que tenha ou esteja desenvolvendo algum trabalho interessante, que pode ir lá representar o Conselho. Fala da necessidade de envolver mais a classe, chegar mais próximo dos colegas e da sociedade. Às vezes tem alguns trabalhos que são feitos por colegas ou mesmo por instituições que são importantes serem apresentados num Congresso como esse. Então a gente tem que ter essa visão mais generosa, no sentido de acolher mais os colegas, a participação de outros arquitetos que não conselheiros. Então diz que essa é a visão dele e que gostaria primeiro de saber o que será tratado no Congresso, para eu ver qual é a contribuição que podemos oferecer. A conselheira ANA RITA diz que já sabia com antecedência sobre o Congresso pois está sendo divulgado por vários veículos que atuam diretamente nossa classe de profissionais. Objetivamente ela acha que deveriam constituir uma comissão e se propõe a participar e trazerem aos conselheiros esses questionamentos na próxima reunião. Essa comissão vai estruturar um documento do que significa esse Congresso; o que significa a participação de Mato Grosso no Congresso. Diz não poderem como conselheiros do CAU ficarem fora do processo do movimento nacional que acontecerá, precisam ter esse registro. Diz não ser questão de turismo porque quando participa de evento, vai para o evento, com a maior seriedade, considerando a responsabilidade que leva. E não só de aprender o que está acontecendo, mas também fazer uma interlocução com as pessoas. Diz que os conselheiros se colocam sempre numa posição muito inferiorizada, que o Brasil tem vários recortes e Mato Grosso tem uma significação particular. E é importante, como conselheiros do CAU fazer parte dessas histórias nacionais, de forma coerente, concreta. E diz achar que o conselheiro EDER pode contribuir muito com essa comissão, para a gente fazer um movimento da sociedade, do recorte aqui de Mato Grosso e levar isso, ver se esse Congresso dá abertura para fazer um debate. Diz precisarem chamar para nossa responsabilidade, de nesses eventos levar a posição de Mato Grosso, é uma ótima oportunidade da gente fazer frente um espaço de diálogo. O diálogo da arquitetura precisa acontecer. E nós vivemos num estado que tem uma série de particularidades, de especificidades que a gente tem que dialogar com outros interlocutores, e a gente fazer uma apreensão do que é ideal o que não é. Dentro dessa ótica, diz que não podem perder oportunidade nenhuma. Se o CAU/BR já sinalizou que existe recurso para isso, se já veio o convite oficial do presidente do CAU/BR fazendo essa abertura, e nós como conselheiros, aqueles que se dispuserem a fazer o estudo do que é esse evento, e qual pode ser a participação do CAU/MT, a conselheira vê ser necessário que seja de forma economicamente justa. Diz que não vão deixar para a última hora, se forem fazer esse processo de abertura com a categoria, que convoquem, que avisem no site do CAU que tem um grupo de trabalho discutindo essa questão. Diz achar importante o Mato Grosso estar presente, em todos os eventos, não só nesse. Que quando você coloca em uma posição de liderança, você tem que pelo menos ir lá para ouvir e fazer um relato. Diz concordar com o conselheiro ÉDER. Trazer o relato e fazer o desdobramento disso junto com a categoria, que é isso que retroalimenta um processo de aprendizado. E por isso acho que deveriam ter aqui no CAU uma comissão tratando especificamente desse assunto, desse tema, do evento que vai ocorrer. A seguir o conselheiro LUCIANO toma a palavra e cumprimenta a todos. Diz que esse convite

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98 99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

A X

8

partiu do CAU/BR e se lhe permitem discordar dos conselheiros do ÉDER e SÉRGIO, ele acha 121 necessário ir. Diz não sabe se irá pois não pode se ausentar tanto, mas independente disso, acha 122 importante. O fato de terem que apresentar, alguma coisa no congresso, é uma coisa, a participação. 123 Disse que le bastante coisa do site do CAU/BR e até o presidente Haroldo gostaria da participação de 124 todos, talvez até com um agradecimento como um último Congresso dele como presidente, a primeira 125 gestão do CAU. Diz achar importante a participação de todos, independente se vai apresentar alguma 126 coisa ou não. A gente fica esquecido, a gente está em Mato Grosso, a gente não tem estrada, a gente 127 não tem sinalização, a gente não tem nada nesse Estado, só tem a gente que quer fazer uma coisa melhor. E se ficarmos aqui, reclamando da vida e não indo ao encontro de outros profissionais, outros arquitetos para ver o que está acontecendo, não é só atrás de um notebook, de um computador que você vai entender a globalização do mundo, é trocando idéias. Quantas vezes nos congressos que nós vamos em Brasília, a própria conversa com os outros arquitetos dentro do congresso, não que estava sendo falado nos painéis, é enriquecedor. Você sabe o que está acontecendo nos outros Estados, qual a contribuição. Eu me orgulho de ter conversado muito com o pessoal de Sergipe que era o presidente e mais um, eram 3 ou 4 só, tocando o CAU de Sergipe inteiro, fazendo um negócio legal. A gente tem que andar. Outra coisa, das participações que eu tive nos Congressos de Ética, em todos eles, na primeira reunião eu fiz a minha explanação do que foi feito. Em nenhum momento deixei pontos turísticos, alguma coisa assim, que eu fui lá, por mim, eu fui, participei, contribuí e levei o nome do nosso CAU Mato Grosso para as participações e apresentei as contribuições no momento que a gente teve que fazer. E isso posto, eu acho que independente do que vai ser comentado, e o que é, é o congraçamento de todos os membros do CAU. Diz que talvez nem eu vá pois tem uma viagem nessa mesma época, mas acha importantíssimo ir, só de mostrar o que estamos fazendo. Agora, quer um tema legal? Essas obras da Copa, esse caos que a gente vive no nosso Estado. Essa história de roubalheira que a gente tem no nosso Estado. Por isso que a gente tem, no sentido de não ter jogos da copa do mundo no nosso Estado, pela incapacidade e incompetência. Então quer mais assunto? Quer mais tema? Urbanisticamente está um caos em Mato Grosso e ninguém fala nada. Nós não temos voz, porque hoje quem tem voz são políticos que detém o dinheiro na mão. O Presidente CLAUDIO cumprimenta o conselheiro LIBÂNIO e dá uma rápida explanação do que estão discutindo. A seguir passa para o conselheiro GERALDO e solicita objetividade no sentido da solução. Porque planejamento de comissão, como é que vai constituir essa comissão, como é que vai chegar lá dia 24 de abril, comprando passagem. Vamos comprar pelo triplo do preço. Diz achar a ideia do conselheiro ÉDER bastante interessante no ponto de vista de talvez facultar o processo de seleção dentro da categoria da participação pelo CAU. Porque nada mais justo que o Conselho também fique, passou o seu orçamento restrito a oportunidade. O conselheiro ÉDER diz que na sua cabeça não entra o fato de constituir comissão, que não dá certo. Ele só acha necessário saber, o que é o congresso? Qual é o objetivo do congresso? Qual será a nossa contribuição? Voluntários? Quem está a fim de participar? E abre para os colegas que querem participar. O Conselheiro GERALDO inicia dizendo que a entidade está em formação, então a gente têm que mostrar? Mostrar a participação. Diz que o CAU está começando e é importante que quem vá participe. Acha que é interessante ter uma consulta a todos saber quantos são os interessados. A participação efetiva também, uma contribuição para esse Congresso. É importante participar, é importante a gente colaborar com a formação, para a união, para a força que nós temos que dar ao nosso Conselho. Diz ser essa é a participação que queria. A Conselheira CARMEN cumprimenta a todos e parabeniza o conselheiro LAURO. Diz ser a favor da participação. Mas só que as pessoas lá fora, as pessoas lá na rua, o pessoal que fica no CREA, os fiscais, esse pessoal que a gente tem uma conversa diária dizem que o CAU não se movimenta, que o CAU não participa. Por quê? Porque eles têm uma visão da rua, não uma visão aqui do Conselho. Não sei se o Conselho passa isso para vocês. Então eu acho o seguinte, só um pouquinho mais do que a gente está vendo, que a gente pode participar. Já é alguma coisa, já é um fato, já é uma janela para a gente se mostrar, tudo, qualquer ação que se faça, é importante. O presidente CLAUDIO diz estar querendo ser prático, o que você está sugerindo LUCIANO e o conselheiro ÉDER, o custo da participação. O conselheiro NICÁCIO fala em relação ao convite do Haroldo, se já tem alguma informação sobre os recursos, se existe alguma participação financeira do CAU/BR. É respondido que cada CAU arca com seus custos. O presidente CLAUDIO diz que o orçamento prévio, o custo de participação para cada participante seria de R\$ 3.116,90 aérea e diárias. GEYSE diz que fez duas situações, aérea e hospedagem e aérea e diária. O presidente CLAUDIO questiona outra informação, aérea mais hospedagem seria R\$1.418, com hospedagem? GEYSE diz que por pessoa. É porque o congresso, o CAU/BR tem uma parceria com o congresso e ele disponibilizou um valor de hospedagem mais baixo. O presidente pergunta se então nessa condição sairia R\$1.418 por pessoa. GEYSE confirma e diz que só que aí não incluiria a diária mais, seria só o aéreo. O que o presidente diz ser mais justo, mais econômico. E diz ainda que se você imaginar 1.500 vezes 8 titulares,12 mil reais. Eu acho que a gente poderia colocar em discussão a participação de 8 pessoas. Eventualmente pode ser de fora, titulares ou suplentes, a gente estabelecer mas do ponto de vista do Conselho, que esse valor vai chegar na faixa de 12 mil segundo a previsão. E para dar uma perspectiva da situação financeira, lembra que no primeiro ano do CAU houve um superávit de R\$300 mil quanto à despesa de capital para a sede. Esse ano acontecerá o mesmo resultado, ficarão R\$300 mil de superávit que vai ser vinculado à despesa de capital. Por conta da presidência diz participar muito mais dos eventos externos do que os outros conselheiros. E nem sempre consegue repassar para todo mundo a impressão que tem, essa troca. Que foi possibilitada pela reunião de 15 de dezembro do ano passado, que foram todos os conselheiros,

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178 179

180

181 182

183

184

185

186

187

participação do Conselho do Brasil inteiro, em Brasília, da ordem dos arquitetos de Portugal e Conselhos 188 de vários outros países. Foi um universo de informações fantástico, a troca de informação. Então diz não 189 achar nenhum luxo se darem a possibilidade dessa participação e quer colocar isso em discussão a 190 participação de 8 conselheiros. O presidente é questionado se sua proposta é de R\$1.500 reais por 191 pessoa. Ele responde que a proposta do levantamento que fizeram, sem pagar a diária, mas já 192 considerando o custo de hospedagem do convênio CAU/BR e o custo da passagem, comprando a passagem com a antecedência que estão pensando. Diz que estabeleceram um teto de passagem e da diária para o conselheiro resolver da forma que ele quiser, estabelecendo um valor por pessoa, até R\$1.500,00 a passagem mais hospedagem. O conselheiro HIGOR diz então que já está garantindo a hospedagem e a passagem, não importando o valor se é 1.500 ou se é 900. O CAU vai fornecer a passagem e a hospedagem. O presidente diz que o CAU pode oferecer passagem, pode oferecer diária e pode oferecer hotel, ele não vai dar o dinheiro para você fazer o que você quiser sem estar dentro dessa ótica. A secretária GEYSE diz que tem um contrato do CAU/BR com a rede hoteleira, então não tem como desvincularem disso, é em cima desse contrato, vão aderir ao contrato. O conselheiro SÉRGIO dá o exemplo que pode acontecer, reservar a passagem e não consegue transferir para outro, caso necessário, e propõe: você paga um X, se a pessoa quiser aderir ao programa do CAU/BR, do CAU/MT O conselheiro HIGOR comenta que a diária externa do CAU/MT é a mais baixa do Brasil. Todos os CAU's seguem a diária do CAU/BR. O presidente CLAUDIO diz que se a plenária entender que é passagem mais diária, então é isso que será definido. O conselheiro ÉDER diz que é preciso verificar se o Conselho tem condição ou não de pagar. Ele diz que paga para ser conselheiro do CAU, com o tempo, combustível e um monte de outras coisas. Família que não vê mais aos sábados pois vem ao CAU, tem noites também vem. Então diz que sua contribuição se for somar ao final, tanto com o emprego de idéias e de trabalho efetivo. Diz achar oneroso deslocar uma pessoa daqui para lá, vai sofrer, não vai ter diária, ficar num hotel ruim. Que não é questão de luxo, é questão de padrão, de tranquilidade. Então tem que definir um padrão que seja razoável, conforto, tranquilidade e participar de uma forma profissional. O presidente CLAUDIO diz que nem vai falar sobre a dedicação dele, que paga para ser presidente do CAU. Acha não ser luxo, que estão cumprindo o papel de replicar para a categoria os conhecimentos, a relação que eles tem nesses eventos. Diz que sobrou R\$300 mil no ano passado, esse ano mais R\$300 mil, então têm condições. Que eles não precisam discutir no ambiente das comissões como será essa composição. A questão é a seguinte, se acham válido o investimento para o Conselho com passagens mais diárias de R\$20 mil, ou não. Foi questionado se ele conta 8 porque o presidente já vai de qualquer maneira. O que ele responde que nem pensou nessa hipótese. Os conselheiros corrigem dizendo que seria 9 pessoas. O conselheiro pergunta se esses R\$1400,00 é uma negociação que o CAU/BR fez? O presidente diz que sim mas diárias e passagens. A conselheira ANA RITA pede um a parte e diz que o importante é que ficando no mesmo teto que as pessoas há um melhor diálogo, dispersa menos, há uma proximidade e tudo facilita. É toda uma logística para facilitar o diálogo das pessoas. Então eu acho assim se já tem toda uma logística, um preparo do CAU/BR não tem por que a gente querer sair dessa situação. O presidente diz ainda ter nove propostas de hotel e ele entende que os conselheiros tem que votar. O presidente CLAUDIO coloca em regime de votação. Quer saber se o plenário se sente confortável em votar favoravelmente a participação de 9 pessoas. O conselheiro EDER solicita a palavra e diz não ir ao Congresso. O presidente CLAUDIO coloca em regime de votação. E solicita que aqueles que estão a favor da participação de 9 pessoas no Congresso de Fortaleza se manifestem levantando o braço. Aprovado por unanimidade. Então depois a gente tem essa papo discussão das comissões e ver como viabiliza do ponto de vista orçamentário as participações. O próximo item de pauta é a composição das comissões. O presidente questiona se vão trazer uma avaliação das comissões ou vão mantê-las como estão. O conselheiro HIGOR retoma o assunto anterior e pergunta o que ficou acertado, o presidente CLAUDIO diz que diária mais passagem, foi isso o acordado e será registrado em ata. O presidente CLAUDIO passa para o próximo item que é a composição das comissões. Explica ao conselheiro LAURO a existência de 3 comissões: Comissão de Atos Administrativos e Finanças, Comissão de Ensino e Exercício Profissional, Comissão de Ética, que a estrutura das comissões vem do ano anterior. Quer saber se o plenário se sente à vontade para manter essa estrutura e diz que farão uma nova discussão de participação. O conselheiro SÉRGIO diz que tiveram diversos problemas e que a grande dúvida dele é com relação ao planejamento das comissões. Diz não terem uma assessoria definida para dar suporte, então vamos trabalhar direito, existem vários processos que estão na comissão de ensino, na de atos. Existe uma assessoria que vem reclamando disso ao longo do ano. Uma assessoria na comissão, que é a Lucimara, do corpo administrativo. Então na hora da prioridade tem que dar suporte à área administrativa e diz que gostaria de ter esclarecido esses pontos. O presidente CLAUDIO fala ao Conselheiro SÉRGIO, que esse esclarecimento estava na programação. Diz terem um apoio nas comissão, o qual acha bastante qualificado, mas esse apoio está restrito à reunião da comissão. O pedido dos conselheiros para além das comissões, na montagem dos processos, o encaminhamento das ações planejadas pela comissão e no dia a dia não tem sobrado funcionário parafazer essa condução. Conversando com a secretária geral GEYSE, resolveram o seguinte, prometem essa estrutura, a partir da comprovação do concurso, apresar de quererem que aconteça rápido, não está na nossa governança deles. Então, o que conversou com a GEYSE, é que continuem com o apoio nas reuniões da forma que está sendo feita e as comissões estejam com funcionário que tenha o perfil que a comissão entenda que vá ter a responsabilidade para a condução desses processos. Eventualmente

193

194

195

196

197

198 199

200

201

202

203

204

205

206

207

208 209

210

211

212

213

214

215

216

217

218 219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240 241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

vocês podem achar que fulano vai ter um perfil para esse projeto que eu quero. .A gente vai informar o funcionário dessa atuação junto à comissão. E questiona os conselheiros se poderia ser uma proposta de diminuição dessa questão. O conselheiro SÉRGIO entende que esse funcionário não deva participar de trabalho administrativo, a não ser que seja autorizado pela comissão, que o funcionário deve ficar subordinado ao coordenador. Explica o que aconteceu com os processos que ele relatou. Diz que os funcionários alegam ter outras atribuições, não tem estrutura e não tem condições para desenvolver os trabalhos das comissões por excesso de trabalho. Entende as comissões como a alma do Conselho, que é a partir delas que partem todas as proposições, que nascem as decisões do Conselho, os conselheiros recebem o critério dos funcionários de fora, que sabem o que acontece, quando chega aqui, querem fazer mudanças e aí que nascem as mudanças, nas comissões. Então, diz que os funcionários dizem não poder dar suporte por terem outras coisas a fazer. E complementa que assim não dá. Que sem suporte não vai participar de nenhuma comissão. O presidente CLAUDIO diz que na estrutura do CAU tem três comissões e que não há como designar três funcionários exclusivos para as comissões. Portanto têm apenas duas alternativas, contratar alguém emergencialmente para fazer essa atividade ou esperar o concurso. O conselheiro SÉRGIO esclarece sua proposta, diz que esse funcionário não deixará de fazer outro serviço, mas ele está subordinado ao coordenador e esse autoriza o funcionário a fazer outro serviço. Se o coordenador imediato falar que pode ir, que não tem nenhuma demanda, o funcionário dá o suporte necessário aos serviços administrativos. O presidente CLAUDIO diz ficar preocupado com isso, pois precisa por critérios.O conselheiro LAURO contribui com sua sugestão, fazer um combinado com a parte administrativa do CAU. Definindo dias e horários do funcionário no expediente das comissões, ou mesmo a viabilização do pagamento de hora extra para um outro período. O presidente CLÁUDIO diz ter achado interessante a proposta do conselheiro, e, tendo as comissões três funcionários, pergunta à GEYSE se seria possível, que esses funcionários fizessem oito horas, utilizando as horas-extras de forma exclusiva para a comissão. A GEYSE diz que foi o que havia proposto. Cada coordenador escolher um funcionário e eles passariam a vir pela manhã para fazer essa função. Não seria hora-extra teria um percentual de 33% do salário e passaria para 8 horas e à tarde faria o expediente normal. O conselheiro ÉDER diz terem um problema que é estrutural, que não adianta discutir fórmulas mágicas se a estrutura é conflitante. No segundo ano tiveram problemas nas comissões, que é a interferência política dentro das comissões. Com o objetivo de controlar o que acontece dentro das comissões. Aqui é um trabalho mais cartorário, operativo. As questões político-partidárias, maioria políticas, elas são deixadas de lado dentro do Conselho. Então o que precisa? Então espero que o Conselho seja extremamente ético nas suas relações. Nós temos vários processos e precisamos dar andamento neles. Nós precisamos trabalhar para o Conselho, que cada um faça sua parte fora daqui, aqui tenha o compromisso de trabalhar para o Conselho, para a sociedade. Porque o que interessa da sociedade, para o Conselho? Que a gente tenha uma postura ética. E a questão da estrutura, porque precisa de apoio, de contribuição, de acompanhamento jurídico forte. Departamento jurídico é fundamental com relação à questão da Comissão de Ética, com relação a questão dos atos administrativos. Para um departamento jurídico forte, talvez a estrutura do CAU tem que pensar sea pessoa não tem um envolvimento, tem que ler uma série de resoluções, uma série de coisas que são peculiaridades da nossa classe, da nossa profissão, então a pessoa tem que estar muito próxima disso, principalmente com relações específicas aos gestores arquitetos. É mais uma questão de uma nova maneira de encarar o Conselho, uma nova postura, tanto por parte dos conselheiros como por parte da presidência. Para um Conselho que tem 1400 arquitetos, a gente precisa marcar uma posição política social afirmativa, marcar uma posição, e assumir a nossa responsabilidade diante da sociedade, e isso só consegue com o Conselho fortalecido, organizado internamente, e trabalhando por objetivos comuns. Não adianta definir comissão, não adianta definir coordenador pautado pela política, tem que definir coordenador, definir comissões, pautados por objetivos mais nobres. Fala da missão dentro das comissões, que essa é recebida como vocação. Fala da necessidade da constituição das comissões conforme a vocação de cada conselheiro, diz ser mais fácil de governar, administrar. Então propõe a constituição das comissões por vocação, comissão por interesse. Ele, por ser da área de ensino, quer fazer parte da comissão de ensino, por vocação. Tem problema estrutural, a gente tem problema interno que precisa resolver e ter uma perspectiva de futuro do que a gente quer. São essas 3 coisas que estruturam o trabalho das comissões. Finaliza falando da necessidade de resolver os problemas internos, traçar objetivos mais palpáveis e escolha dos integrantes das comissões por vocação. O conselheiro HIGOR fala não crer na necessidade de três funcionários trabalhando todo dia mais 4 horas. Diz que para a Comissão de Atos Administrativos e Finanças, já tem o departamento da LUCIMARA. Para o departamento de Exercício Profissional e Ensino, já tem o ODENIL. De repente uma pessoa, duas pessoas no máximo até para não ficar sozinho, consegue dar conta das demandas e observa que fazem reuniões mensais. Não vê necessidade de 3 funcionários nesse período pois estão falando de um custo elevado. Que se tivesse uma boa pessoa trabalhando no período que os demais estejam trabalhando, mas exclusivamente para as três comissões, daria conta. A parte de balanço financeiro, já há equipe para isso; a parte de fiscalização, também tem equipe. O que precisa é uma pessoa polida que conheça as partes e que possa, fazer o intercâmbio entre as equipes e as comissões e ficar disponível para buscar processo, para trazer, enfim e dar suporte. A secretária GEYSE observa que são áreas distintas, a ética tem que ser uma pessoa exclusiva porque ela é sigilosa. E a Comissão de Ensino e Exercício e a CAF são muito diferentes. E fala em que colocar uma pessoa que entenda financeiro e orçamento e compras, para fazer a mesma coisa que ensino e exercício, é muito diferente. O conselheiro SÉRGIO diz que a comissão é o seguinte, o coordenador, se você troca um chefe, um patrão,

65

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276277

278279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298 299

300 301

302 303

304

305

306

307

308

309

310

311 312

313

314

315

316

317

318 319

320

321

3

ele arruma a demanda para o seu funcionário ou não arruma, depende do coordenador. Porém o conselheiro HIGOR observa que o coordenador não é o chefe, ele só coordena a comissão. O 323 conselheiro SÉRGIO diz que a ideia que levantou é de que essa pessoa esteja diretamente ligada ao coordenador. E dá como exemplo a proposta de dois eventos a serem executados pela Comissão de Ensino. Que é muito trabalho montar um evento, há muitas tarefas a serem desenvolvidas e é necessário dar suporte. Para montagem de um evento pode ser necessário um ou mais funcionários, ou mesmo nenhum. O conselheiro EDER fala sobre o evento da UFMT, que a GEYSE e a ANA ELIZA que correram atrás, largando uma parte do que estavam fazendo, que é toda uma burocracia interna. Se as comissões têm um suporte, o próprio funcionário, a pessoa que está trabalhando, pode providenciar e encaminhar à GEYSE as coisas mais ou menos já definidas para não perder tempo. Diz ser enorme a burocracia, que tudo tem que ser dentro da lei, que precisa ter zelo. Observa que há processos que chegam para analisar na Comissão de Atos que tem erro de montagem. O conselheiro HIGOR diz que não são essas pessoas que vão montar o processo. O conselheiro EDER diz que antes de encaminhar para a reunião tem que ver se está certo. Em vez de analisarem o processo, vão verificar a falta de documentos, de informações, causando atrasos nos procedimentos por falta de organização interna. O presidente CLAUDIO fala para fazerem uma experiência até o concurso, fazer um piloto, que demanda que vão ter essas comissões. Quantos funcionários chamarão para essa atividade. Enquanto isso, em vez de passar para o regime de 8 horas, porque aí muda a relação trabalhista, fazer hora extra até o concurso para poder funcionar. GEYSE observa que precisam pensar que os concursados que vão entrar entram crus, sem noção de Conselho de Fiscalização. Que as pessoas que já estão aqui há dois, três anos já estão dentro da rotina, e talvez, trazer o concursado para toda essa demanda, não vão conseguir. GEYSE diz entender, mas fala que os custos ficaria bem mais alto, porque a demanda das comissões estão grandes, principalmente a Comissão de Atos Administrativos e a Comissão de Ética, que o custo em relação à hora extra será bem maior de agora em diante. O presidente fala então em fazer uma experiência de um mês, tendo o cuidado para que essa hora extra não se caracterize como habitual. O conselheiro HIGOR diz que concorda com o conselheiro LIBÂNIO que se for estabelecido hora extra, então que no dia das reuniões das comissões, essa pessoa vai fazer hora extra no horário da reunião e não de manhã e à noite. Diz que a proposta dele de não ter três pessoas é realmente pensando no custo. Se for ponderar e escolher por hora extra, então que pelo menos essa pessoa trabalhe no dia da reunião, ela trabalhe de manhã e no horário da reunião. O conselheiro SÉRGIO diz achar a questão é administrativa. É exclusividade do funcionário ligar diretamente ao coordenador e resolver se fará 4 horas, 5 horas, 6 horas, não tem problema, diz achar que a proposta de quatro horas por manhã é boa. Agora, se a demanda exigir, se for um problema administrativo, tem que ser resolvido lá dentro, caso contrário daqui a pouco a gente estarão discutindo até valores se 50% ou 100%, que isso é uma situação a ser resolvida ali dentro. O conselheiro HIGOR retoma a palavra para conclusão de sua fala e solicita que esse assunto seja resolvido logo. O conselheiro LUCIANO diz que na verdade, o que a gente precisa saber, é a compreensão das funções. Fala como coordenador afastado, que não volta mais à coordenação por problemas pessoais. Falei com o ÉDER logo no começo da Comissão de Ética, como membro, até para que a GISELE, suplente dele, pudesse vir na ausência dele, mas ele não mais como coordenador, porque não há, condições de pegar isso. Depois os coordenadores vão escolher o que, que, qual a demanda que ele acha necessária, tomar pé do que está acontecendo. E quero só relatar que a Comissão de Ética apesar de terem trabalhado, não tinham um Código de Ética. Só no final do ano o nosso Código de Ética foi concluído e assim foi iniciado o trâmite o normal do processo. E enquanto coordenador eu participei de diversas reuniões e contribui sim com o nosso CAU Mato Grosso, em todas as reuniões em que eu fui solicitado para o CAU/BR na construção desse Código de Ética. Muitas vezes fui voto vencido, que dava dava a opinião, mas o Código de Ética foi uma construção nacional, não dele. Todas as vezes que participou das reuniões, relatou tudo que aconteceu. Discorda da leitura que a nossa Comissão de Ética foi um caos, foi cumprido o que era para ser cumprido. Depois de aprovado o Código de Ética diz ter ficado dois dias da semana acompanhando on line a comissão do CAU/BR, a comissão do Código de Ética. Deixou o que tinha a fazer e ficou em frente ao computador assistindo. Diz ser isso coisa muito rara e não sabe se alguém já fez isso, assistir à Comissão de Ética, a finalização do Código de Ética e aprovação do mesmo, tanto na Comissão de Ética como a plenária do CAU/BR, apesar de terem sido convidados para ir à Brasília. Que em função da saúde da sócia afastou-se da coordenadoria da Comissão de Ética. O presidente CLAUDIO quer saber se poderiam colocar em regime de votação e deixar que a GEYSE estabeleça, junto com as comissões, as pessoas que darão apoio as comissões em regime de quatro horas, como foi acordado. O conselheiro SÉRGIO discorda e diz que cada coordenador irá escolher a pessoa que lhe dará suporte. O presidente diz que sim, no regime de 4 horas. E SÉRGIO complementa, que sim e que é o coordenador quem escolhe. O conselheiro SÉRGIO diz que comissão escolhe qual funcionário vai dar suporte. Aí sim a área administrativa resolve. O conselheiro HIGOR diz que se você contrata pelo regime de oito horas depois você não pode mudar mais. O que o conselheiro SÉRGIO diz que isso não é problema do conselheiro, e sim administrativo. O presidente CLAUDIO sugere fazer uma avaliação. Até agora sem saber o nome da pessoa, não tem como resolver. A gente resolve, manda email para todos os conselheiros para ver se dá um acordo ou não, a gente resolve assim. O conselheiro SÉRGIO diz estarem discutindo essa questão, porém tem outra coisa que gostaria de levantar. No regimento consta que são cinco membros na comissão e estavam com seis. Diz ter virado uma grande confusão pois precisavam de quatro membros presentes para dar quórum e que não se lembro se houve alteração no regimento. O presidente CLÁUDIO esclarece que não houve mudança, isso aconteceu



322

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337 338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354 355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382 383

384

385

386

387

388

porque todo mundo queria participar. O que o conselheiro SÉRGIO fala da necessidade de se ater ao regimento pois esse é o contrato social que fizeram, pois a cada alteração gera um grande problema e questionável depois. O presidente CLAUDIO entende que já discutiram o suficiente, que está todo mundo esclarecido, diz terem três alternativas. Alternativa 1, passar o funcionário que vai atender as comissões para o regime de 8 horas, sendo 4 horas sob a coordenação da comissão. A proposta 2, seria a formalização, através de hora extra. A terceira proposta a delegação à parte administrativa do juízo sobre esse critério, e coloca em votação. A conselheira ANA RITA diz ter dúvida, se o que estão votando é para esse período de transição, até entrarem os novos funcionários. Supõe que as pessoas que entrarem tenham até possam ter o perfil para participar das comissões, mas que fica difícil amarrarem nisso agora, que nem é pelos coordenadores das comissões, mas está muito no ar e diz que vai se abster. O conselheiro GERALDO diz ser a favor, a princípio, de deixar a delegação à administração, por quê? De repente vem uma pessoa que trabalha 8 horas, ela vai ter problema em outros setores. O conselheiro SÉRGIO pede a palavra e diz que a ideia central é procurar uma pessoa que dê atendimento exclusivo à comissão e que seja diretamente ligado ao coordenador para as demandas. A área administrativa, vai controlar o funcionário, vai dar hora extra, por isso fica difícil entrar nesses detalhes, existe uma série de problemas jurídicos. Que a questão central é a seguinte, ter uma pessoa exclusiva da comissão e a área administrativa mandar fazer outra coisa. Assim como não pode a área administrativa demitir a pessoa escolhida pela comissão por ter problemas com ela dentro do CAU, mas que não estava tendo na comissão. Diz que a prioridade tem que ser a comissão. Se a comissão achar que a pessoa não está mais atendendo essa tem prioridade de dispensar. Eu acho que esse é o ponto central. O conselheiro SÉRGIO diz que de repente vai ocorrer dessa pessoa estourar o regime de hora extra possível do funcionário. Aí amanhã, ah não vai dar para atender mais porque já esgotou o limite de horas extras, essas coisas a gente tem que saber. A secretária GEYSE diz que concorda com o conselheiro SÉRGIO. Que é muito complicado trabalhar com funcionário com hora extra. Primeiro, durante 30 dias na parte da manhã, não há como justificar 30 dias de hora extra todo dia de manhã de três funcionários. E questiona como vai coordenar essas pessoas, saber se realmente eles estão aqui na demanda, ou estão enrolando, além de não ter dotação orçamentária para horas extras. O conselheiro LAURO lembra que estão discutindo o projeto piloto para ver qual a real demanda de ter hora extra, de ter 8 horas, etc., e a questão do controle de quantas horas extras, fica a cargo do coordenador. Ele vai atestar se trabalhou ou não. O Conselheiro ÉDER diz quanto à questão dos coordenadores, diz haver um equívoco, basta verificar qual é a atribuição do coordenador estabelecida no regimento. Os coordenadores, alguns assumem a condição de chefe, de lider, essa coisa meio desgastada, diz ser tudo bobagem, na área pública não é assim que funciona. Na área pública é bem prático, é debate, é discussão. Então na questão de coordenação, o coordenador que conversa com os outros conselheiros, ele define, vai fazendo, é rápido. Por quê? Não tem condições de fazer isso, tem que conversar, tem que discutir, tem que trocar ideia. O coordenador marca reuniões e coordena as reuniões, só, mais nada. O que ele fizer além disso, está fora do regimento, não é legal, é desgastante e desnecessário, porque vai chegar o momento em que terá que chamar o coordenador e falar, "a sua função não é essa", aí ele fica bravo. Porque? Por que extrapola os limites da função. Qual é função do coordenador? Marcar as reuniões, às vezes, diz já ter levado puxadinha de orelha do coordenador, sendo que o próprio sabia que tinha um prazo para encaminhar o documento. Diz que o coordenador ficou de entregar-lhe o documento dia 18, encaminhou um e-mail para ele e para o presidente dizendo que ele não estava cumprindo com sua função, ameaçando-o. Só que ele tinha uma ata e simplesmente perguntou a ela sobre a ata da reunião que estabelecia que prazo dele era dia 18. Diz que isso não é função de coordenador, extrapola a função. E que aqui não é lugar para ficar lidando com problema emocional de conselheiro, estamos aqui para trabalhar, e trabalhar efetivamente com objetividade para resolver os problemas. Então o funcionário é necessário, e é necessário com exclusividade sim. Se ele não está fazendo nada é porque as comissões não estão repassando o serviço, porque serviço tem. Diz garantir que tem um monte de coisa a ser feita sim. Não só a questão da ética, administrativa, e diz ainda que se não tiver o que fazer, vai arrumar o Conselho, se vira. O Presidente CLAUDIO solicita o retorno ao assunto e questiona: qual é o interesse do plenário? A necessidade de um funcionário que fique quatro horas de manhã, que seja vinculado à comissão, do ponto de vista da dedicação, das metas, da comissão que vai controlar. E insiste que essa questão da hora extra entra em uma questão trabalhista. Diz que colocará as três propostas em votação mas que a melhor solução será feita quando a gente tiver o apoio da contabilidade e ver qual é a melhor maneira para o atendimento à essa questão. O conselheiro SÉRGIO diz que volta na questão central, um funcionário que de suporte exclusivo à comissão. Mas reformula sua proposta, não que tenha que ser exatamente para amanhã., porque se de repente, ela está com uma demanda lá no escritório só de manhã, conversa com o funcionário que está assessor direto da comissão, conversa com a comissão e fica definida a necessidade de ir à tarde, aí aquele funcionário diz não poder se dedicar à comissão por ter questões administrativas à resolver. Diz que isso não pode acontecer, que a prioridade é a comissão. O presidente CLAUDIO diz já terem discutido demais esse assunto, e propõe novamente colocar em regime de votação as 3 propostas. A primeira então, quem é a favor da contratação na forma de regime de 8 horas, A de hora extra, e a de 4 horas; a forma do vínculo empregatício, resolverão com o apoio da área administrativa. O conselheiro HIGOR diz que sinceramente não vê a necessidade de votação, precisam de 3 pessoas o administrativo levantar a questão e mostrar aos conselheiros. O presidente CLAUDIO diz que essa contratação só vai ser efetivada a partir da primeira reunião da comissão e coloca uma quarta proposta. Nesse ínterim até a próxima reunião plenária fica decidido por hora extra, enquanto isso os

Si

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408 409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

1

(h)

conselheiros estudam as possibilidades e na próxima plenária a comissão decide a forma de contratação. E pergunta se pode colocar em regime de votação como única proposta. E apresenta a proposta da dedicação de três funcionários, um para cada comissão, no regime de quatro horas, na forma de hora extra, até a próxima plenária, e que a partir dela, na própria plenária, se decidirá a forma do vínculo empregatício. Aqueles que estiverem a favor dessa proposta se manifestem levantando o braço. Aprovado por seis votos a favor. O conselheiro LIBÂNIO diz que então a proposta é, administrativamente, estudar a melhor forma e trazer para a plenária. O presidente pergunta aos conselheiros EDER e SÉRGIO se eles mantém a abstenção, eles dizem que agora, com a inserção da proposta do conselheiro LIBÂNIO, são favoráveis. Aprovada da proposta. O presidente CLAUDIO passa para os dois próximos itens. A composição e escolha dos coordenadores das comissões. E pergunta aos conselheiros se seria interessante a escolha dos coordenadores das comissões na plenária ou no âmbito da primeira reunião? Acordam que no âmbito da primeira reunião. Em relação à composição das comissões, há uma situação existente, a Comissão de Ética é composta pelos conselheiros LUCIANO, ÉDER, DERALDO, RITA e ANA RITA. Resolvem por ver uma a uma quem sai e quem fica, identificar os 5. Iniciam pela Comissão de Ética. O conselheiro ÉDER fala do caso específico da Comissão de Ética, e exemplifica. O conselheiro LUCIANO é titular, na ausência desse ele acha um erro grave que o suplente assuma, não acha certo que isso aconteça. O presidente fala que está no regimento. Na ausência do titular o suplente assume a titularidade. Você está na Comissão de Ética, você assume uma decisão, dá um parecer, ou você dá uma votação num dia que seja que pode complicar a vida do colega titular. A Comissão de Ética não é uma brincadeira de você ir lá de vez em quando e participar. É diferente, a posição é diferente. O presidente CLAUDIO diz que não há essa exceção em nenhum CAU/UF ou no CAU/BR e que poderiam trazer essa discussão para a próxima reunião então. O conselheiro SÉRGIO diz achar interessante essa discussão porque as comissões estão vazias, que inclusive pode apagar todos os nomes pois as comissões não existem, a composição delas foi encerrada. A questão é o seguinte, essa discussão é interessante porque as comissões estão vazias. A preocupação na ética é pertinente, porque tem processos extensos, processos problemáticos, que às vezes o suplente não tem condições de saber toda a tramitação dele. Então eu acho que é interessante ter esse entendimento antes da composição. O conselheiro LUCIANO diz que não será mais coordenador, mas se compromete com o novo coordenador ou com a Comissão de Ética que não faltará nas reuniões das Comissões. Provavelmente sua suplente participará de alguma comissão, ou de Atos ou Ensino e Exercício, mas ele já está se comprometendo com a Comissão de Ética. Não sabe quem coordenará, não será ele, mas fará parte e evitará o máximo possível enviar a sua suplente. O conselheiro EDER diz que a Comissão de Ética exige uma aprovação do conselheiro, é uma condição diferenciada nesse aspecto. Acontece que o conselheiro está preparado na Comissão de Ética para fazer um julgamento moral de certo e errado, e isso não é correto, isso não faz parte da Comissão de Ética, não é atribuição deles. Eles devem fazer o enquadramento no Código de Ética. O presidente CLAUDIO diz achar mais adequado que no âmbito da comissão fosse feita essa avaliação. Que conversasse com o jurídico do CAU/BR para poderem realmente fazer uma mudança, talvez importante e necessária, mas acha mais confortável esse procedimento, embora não vote. O conselheiro LUCIANO concorda e diz que qualquer outro suplente, terá que manter a mesma postura, o julgamento moral, se ater ao fato dos julgamentos do mesmo ponto ético. Que estão julgando que essa pessoa não seria teoricamente capacidade. O conselheiro EDER diz que quando você trabalha, tem envolvimento com o trabalho. A pessoa que vem esporadicamente não tem o mesmo envolvimento, é diferente a postura, tem uma postura mais assim, de estou aqui só cumprindo uma formalidade. O presidente CLAUDIO diz ficar preocupado com esses pensamentos. O próprio conselheiro suplente pode se sentir prejudicado no direito dele de ter o exercício da suplência, então eu realmente acho que a gente, eu acho que tanta discussão, a gente poderia manter essa sugestão. O presidente CLAUDIO solicita que deixem essa questão para a próxima plenária, após com um estudo mais embasado. Comissão de Ética, quem são os membros atuais: LUCIANO, ÉDER, DERALDO, RITA e ANA RITA. E pergunta aos conselheiros quem quer fazer parte da Comissão de Ética? O presidente pede desculpas e informa que a conselheira RITA pediu licença do cargo de conselheira e que agora o conselheiro LIBÂNIO está na titularidade. ÉDER, GERALDO, LIBÂNIO, ANA RITA e DERALDO. Ele já estava antes. O conselheiro SÉRGIO confirma que conforme o regimento é de 3 a 5 conselheiros em cada comissão. O presidente CLAUDIO acha interessante marcarem uma reunião da comissão o mais rápido possível pois têm um processo de ética que o Ministério Público deu 10 dias para responderem. O presidente CLAUDIO diz que o coordenador eleito no âmbito da comissão. Mas o regimento do CAU/BR é na plenária. GEYSE diz que está faltando completar a Comissão de Ética e de Atos. A Comissão de Ética está com quatro membros, e as demais ficaram com cinco. O conselheiro SÉRGIO chama a atenção para que uma vez inserido o conselheiro na comissão, a sua ausência é computada dentro daquelas faltas anuais não justificadas. O presidente CLAUDIO diz que o prazo regimental para marcar reunião de comissão são sete dias e pergunta se podem marcar para sexta feira próxima. A conselheira ANA RITA pergunta se todas as comissões e qual o horário. Conselheiro SÉRGIO pede uma questão de órdem e diz que da mesma forma que fizeram o ano passado, cada comissão marca o seu calendário. O presidente CLÁUDIO coloca em regime de votação, a aprovação das comissões. Aqueles que estiverem a favor das comissões na forma posta, se manifestem levantando o braço. Aprovado por unanimidade. A seguir o presidente CLÁUDIO solicita à GEYSE que passem para a Comissão de Ética, pois está preocupado, por causa do processo do Ministério Público. GEYSE nomina os conselheiros componente da Comissão de Ética: LUCIANO, ÉDER, DERALDO e SÉRGIO. O presidente CLAUDIO fala ao conselheiro LUCIANO,



456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476 477

478

479

480

481

482 483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501 502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

que é do interior, que essa reunião da Comissão de Ética é necessário urgência. Ele diz que podem marcar que ele vem. O presidente fala em fazerem 3 reuniões em 3 dias, e propõe quarta, quinta e sexta. 524 Excepcionalmente marcarem essa reunião, num prazo anterior a sete dias, quarta Ética, quinta Ensino, e sexta Atos Administrativos. O conselheiro LUCIANO solicita que deixem as comissões que ele participa em dias corridos pois estava na quarta e na sexta. O que é aceito. O presidente pergunta se haveria problema com Deraldo também. Não havendo problemas pois ele está só em uma comissão, a de Ética que ficou decidida a reunião para sexta feira, quinta-feira a Comissão de Atos e quarta-feira a de Ensino, as 18h. O conselheiro LUCIANO alerta o presidente que precisam da presença do jurídico na Ética. A secretária geral GEYSE diz que vai fazer o calendário com as reuniões plenárias e essa inicial e depois monta outra para os coordenadores constando as datas de todas as reuniões. Estando aprovadas as datas das primeiras reuniões o presidente CLÁUDIO deixa a palavra livre. A seguir passa a presidência da reunião para o vice-presidente do Conselho, NICÁCIO LEMES. O conselheiro ÉDER fala do evento realizado em parceria com UFMT e diz que já conversou com o MAURÍCIO na possibilidade de outro evento para o início desse ano, para que estabeleçam uma agenda, com mais tempo nessa organização, mais tranquilidade. Diz já ter esse início de contato com ele para darem prosseguimento à essas ações. Paralelamente, com relação à Comissão de Ensino, diz que gostaria de apresentar para a comissão na próxima reunião umas propostas de trabalho, por exemplo, ver se conseguem implementar de cursos de formação. Com relação à Comissão de Ética, a partir do momento que foi estabelecida a comissão, diz que deveriam estabelecer também uma forma de melhorar a formação dos conselheiros em relação aos assuntos pertinentes da ética. Propõe um ciclo de estudo, treinamento com relação à ética para se inteirarem do Código de Ética, que tem uma certa complexidade, para que fiquem mais tranquilos com relação ao entendimento dos processos de Ética. A conselheira ANA RITA fala a respeito da posição da conselheira CARMEM sobre a visão que ela colocou de fora do CAU. Quando você está dentro do processo, no cotidiano é muito importante você ver esse olhar de quem está de fora para você fazer correções. Trazer gente de fora nas reuniões, no conselho, e assim participar, assistir. Diz achar importante trazer os profissionais ao CAU e até também nas comissões, fazer uma abertura nas comissões, para as pessoas começarem a participar desse fazejamento. Porque a crítica é muito necessária, mas as pessoas tem que entender o processo. O CAU, ele é muito recente, diz estarem começando o 3º ano, com certeza se os conselheiros erraram, ainda terão muitos erros, mas foi um processo, o processo coletivo, integrado, e cada um dando o máximo que podia para fazerem um trabalho inicial. Esse aqui é o processo e como todo processo tem erros, tem acertos. Diz não gostar do tipo de crítica assim: a comissão não fez nada, isso aqui não fez. Entende que o processo tem que avançar, e dentro de analisar as coisas como um processo, sobre as comissões, entende que demoraram muito tempo discutindo um probleminha pequeno da comissão. O que acha muito interessante nas comissões, é elas terem um planejamento, um plano de ação, um cronograma de reuniões, para permitir que outras pessoas participem dessas comissões e venham construir o debate. Diz que de tudo que foi falado na plenária, acha que falta é um debate dentro do CAU. E lembra de uma reunião que o CLAUDIO convidou o JOSÉ ANTÔNIO e vários outros arquitetos, foi muito boa essa reunião. Diz que à época nem tinha essa sala onde está sendo a plenária, a reunião aconteceu junto com o pessoal trabalhando. Mas isso é importante, trazer as pessoas e fazer um debate quando as coisas estão acontecendo. Diz que o conselheiro LIBÂNIO na sua fala colocou que várias coisas estavam ocorrendo na cidade e o CAU ficou um pouco de fora dessas discussões. Uma das coisas que aprendeu na maturidade, é que não vale a pena a gente começar a fazer crítica se a gente não tem uma fundamentação muito forte sobre aquela crítica que nós estamos fazendo. Primeiro que quando a conselheira RITA lhe convidou para o evento que falariam sobre o projeto do Porto. Diz ter falado que não conhecia esse projeto, eu havia estudado esse projeto e nem participado dele, portanto não se sentia capacitada para eu formular uma crítica. Diz que quando é na área política, às vezes você até arrisca, pela intuição, mas na técnica, eticamente falando, você tem que ter conhecimento profundo sobre aquilo, e já ter feito vários debates para você chegar com a entidade que você representa e você formular a opinião dessa entidade. Porque atrás de você tem 1.400 arquitetos que talvez não tiveram também a possibilidade de fazer esse debate. É isso que queria colocar. É um processo, então até a crítica tem que ser dentro do processo. Não podem cair em erro, que é um erro muito perigoso. Não podem fazer política aqui dentro e também não pode fazer críticas de urbanismo da cidade se não estão em um processo de amadurecimento muito grande sobre aquele problema. Diz que isso o CAU pode ajudar, não chegando com a opinião do CAU, mas o CAU fazendo uma abertura para que essa discussão, esse debate, ocorra com a ajuda do CAU, aí sim estarão fazendo um processo de aprendizado, de desenvolvimento, de apropriação de conhecimento da cidade. Esse processo talvez seja o maior legado do CAU, esse processo de abertura e discussão da cidade. E aí a gente vai chegando em um entendimento e em uma crítica com mais tranquilidade. Porque não basta fazer a crítica, você tem que ter uma perspectiva para que aquela crítica estabeleça uma nova ordem das coisas e é dentro disso que acha que o CAU deve atuar. E cita o presidente que está doente e está participando da plenária, que nunca usou de subterfúgio para não conduzir esse processo. Que eles tem que fazer um agradecimento à essa liderança dele, pois não é qualquer um que faz sacrifício. Qualquer causa que lutem é muito difícil. E o mérito das pessoas tem que ser reconhecido, quando se joga tudo assim em uma vala comum, é muito perigoso. Diz que ali todos, de alguma forma, contribuíram para a construção desse CAU e que alguém vai ter a obrigatoriedade de conduzir esse processo, porque esse processo é contínuo e eles são passageiros e devem fazer reconhecimento do sacrifício dos colegas para chegarem ao patamar em que estão. E finaliza dando boas vindas ao conselheiro LAURO, diz já

523

525

526

527

528

529

530

531

532

533 534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570 571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

conhecer o seu trabalho, ter a certeza que o conselheiro vai somar dentro desse processo. Que 590 continuem no ano de 2014 nessa luta, que não vai acabar nunca, pois é um processo e estarão sempre 591 instigados a contribuir. Diz que o que não pode faltar é a coragem, vontade e certeza que esse passo que 592 estão dando, vai ser significativo para aqueles que vão dar subsequência ao deles, agradece a atenção. 593 O conselheiro SÉRGIO informa que precisará se ausentar. O conselheiro LUCIANO fala do falecimento 594 do senhor OLÍVIO BIGOLIN, o qual foi gestor da loja Bigolin em Tangará da Serra, diz que a notícia 595 causou uma comoção muito grande em Tangará para todos. Ele era muito querido e a família dele 596 continua ainda com a loja da Bigolin. Acha justa uma homenagem do CAU para o Olívio, incluir um texto 597 no próprio site nosso. Diz ainda que ele sempre apoiou os eventos de arquitetura e deixa registrado o seu 598 pesar de tristeza pelo falecimento. Outra ponto que coloca é sobre a comunicação e que concorda com o LIBÂNIO. Diz achar uma falha mesmo, já que a ANA ELIZA está saindo e estão contratando outra pessoa ou vindo novas, ou o próprio Fábio, mas que tivesse um contato com a central Globo, com a Band, com todas as emissoras, para fazer uma ponte e dar visibilidade ao CAU. Está faltando essa ponte, alguém tem que fazer. Diz ficar feliz quando o LIBÂNIO coloca isso e que ele é fruto da terra, e esse respeito urbanístico com Cuiabá, entende como engrenagens simbólicas como o Libânio, como muitos outros arquitetos cuiabanos da terra mesmo, que conhecem essa cidade, que possam falar. Cita ele próprio que está em Tangará da Serra há 22 anos, é cidadão tangaraense, possui título de cidadão matogrossense. Diz ser necessário então a gente tem que brigar pelo Estado. Quando a gente faz qualquer crítica, ela tem que ser construtiva e principalmente nós arquitetos. A gente constrói essa cidade e está largada nas mãos de políticos, que são as pessoas contratam, querem contratar, querem construir, e diz ser isso uma burrice enorme. O terceiro ponto que coloca é o Congresso Nacional Brasileiro que ocorrerá em Fortaleza, uma realização do IAB Ceará. E questiona "e o nosso IAB Mato Grosso"? Diz lembrar que há três anos, quando entraram no CAU foi comentado que o Mato Grosso estava inadimplente e diversos outros problemas. Foi colocado até a gestão do CAU para poder ajudar, até agora nada foi feito, e deixa a pergunta no ar para todos. E o IAB Mato Grosso? Diz não ter visto evolução nenhuma do IAB/MT. Então deixa a palavra para quem quiser, para a próxima plenária buscar. Diz ainda que o IAB do Brasil inteiro está fazendo coisas e nós não resolvemos esse problema com o IAB/MT. O último assunto é do plano de saúde nacional do CAU/BR. Diz ter visto que o CAU/BR lançou um plano nacional, parece que não está contemplando o Mato Grosso ou as empresas estão contemplando o eixo Rio/São Paulo e Porto Alegre. Que na página de discussão do CAU/BR só tem uma contribuição de Mato Grosso, foi dito algo mas sem resposta. Até a data não havia visto nada sobre o plano de saúde contemplar os arquitetos matogrossenses e que talvez pudessem ter outras informações. Então deixa a perguntar ao presidente ou ao vice: E aí, os arquitetos mato-grossenses poderão ser beneficiados pelo plano de saúde? A seguir o conselheiro HIGOR toma a palavra e diz que será bastante breve. Parabeniza o conselheiro LAURO pela eleição, agradece por ele estar se dispondo a fazer parte do Conselho, diz ser sempre um desafio pois, como CAU, pagam para estar ali. Diz ter falado com o conselheiro LAURO, que se conhecem há muito tempo e sabe da competência profissional dele e se diz contente de saber que ele será seu suplente. Não desmerecendo a Arq. Gislaine, também a conhece e diz ser uma excelente profissional, mas ficou bastante satisfeito com a disputa, pois os dois eram excelentes candidatos, dois bons profissionais. Porém, no caso, se precisar de alguma coisa o conselheiro LAURO está mais próximo e essa disponibilidade para o CAU nesse momento é bastante interessante. Segundo ponto, sobre a visão que a rua tem do CAU. Diz terem a sensação de que o CAU é um órgão arrecadador e que eles têm mais esse ano para tentar quebrar esse paradigma, se estruturando, se organizando. Que não Não é do dia para a noite que vãi sair fazendo coisas e mudando o mundo, que é um passo de cada vez. Mas esse ano é o ano que terão que efetivamente mostrar a que veio, fazer ações. E fala ao NICÁCIO que a comissão que mais tem possibilidade de fazer isso é justamente a de Exercício Profissional, da qual ele também faz parte e lança um desafio para o CAU e principalmente para essa comissão. Quanto ao projeto do Porto, diz ser um projeto bastante polêmico e entende que o CAU que efetivamente emitir opinião, mas em cima do projeto e até o momento só viu a apresentação. E pela apresentação é difícil falar diz serem técnicos e não podem emitir opinião em cima da apresentação, são técnicos para analisar o projeto e aí sim dar a opinião, mostrar os pontos fortes e os pontos fracos. Acha extremamente louvável pois é a primeira vez que eu vê efetivamente um prefeito de Cuiabá se propor a fazer alguma coisa pelo Porto. Diz lembrar-se do Prefeito ROBERTO FRANÇA que fez alguma coisa com as praças; o Dante que fez alguma coisa com o IPDU e o WILSON SANTOS que fez um marketing do caramba, pegou o projeto do Poppi e se saiu muito bem em cima disso. O prefeito está preocupado com o Porto, está querendo fazer alguma coisa, e entende isso como interessante e cabe aos arquitetos analisar o projeto e falar, "ou, espera aí, o equipe do Mauro isso aqui é ilegal, isso aqui tem que tomar cuidado". A seguir traz a notícia da participação da empresa dele no livro comemorativo de quarenta anos da Asbea, Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura, tiveram dois projetos publicados no livro. Diz terem ficado lisonjeados em ser convidados a participar e mais ainda participar ao lado de grandes empresas do Brasil. Que Mato Grosso tem excelentes escritórios, excelentes arquitetos, e é uma boa oportunidade. Se o arquiteto está dando certo vamos se filiar à ASBEA. Diz ainda que a ultima vez que conversou com eles, falaram em abrir uma regional aqui justamente para poder fortalecer a classe. E diz ser bastante interessante ter mais escritórios filiados à ASBEA. O livro comemorativo de quarenta anos é bastante importante como uma nova arquitetura. Mas o mais importante você ter mais colegas, mais escritórios nessa associação justamente para fortalecer a nossa arquitetura mato-grossense. A seguir a conselheira CÁSSIA solicita a palavra, pede desculpas pela interrupção mas diz que passou para te dar um abraço ao conselheiro

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612 613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633 634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651 652

653

654

655

LAURO, pois tem um compromisso e solicita um minuto para sua fala. Diz que levantou diversas ponderações, que chegou no dia anterior de viagem e retornará com toda garra esse ano. Esteve um pouco afastada das reuniões e esse ano estará mais em Brasília pois o conselheiro EDUARDO terminará o doutorado. Diz ao conselheiro LAURO que seja bem-vindo e que fica sinceramente feliz de ter uma disputa tão legal, de ver pessoas novas, com vontade de se inteirar desse outro lado da nossa profissão, que nós temos que ir em frente com ele. Dá as boas vindas novamente ao conselheiro LAURO e sobre o livro comemorativo da ASBEA, parabeniza o conselheiro HIGOR, que está imensamente feliz em saber que a empresa dele está nesse livro da Asbea. Lembra que o HIGOR foi seu aluno, estagiou no escritório dela, que não é por isso que ele é um bom arquiteto. E complementa dizendo que quisera Deus que ela tenha contribuido um pouquinho na sua formação e finaliza desejando ao Conselho e a todos os conselheiros um ótimo ano. Conselheiro LAURO diz que quanto a questão da visibilidade do Conselho, alguns poucos devem saber que existe uma repórter da TV Centro América, sua prima, Andressa Boa Sorte, e que dá para entrar em contato com ela com uma certa frequência. Antes mesmo de se candidatar a conselheiro já havia falado com ela, que no CAU coisas importantes a serem faladas. Que por vezes falam do CREA e o CREA não é somente ele que tem que falar e ela solicitou que fosse comunicada com bastante antecedência para poderem programar a pauta e tem acesso a divulgações. Diz ainda ter outras três sugestões, e fala que para quem não conhece o seu perfil, diz que fala bastante, tem pressa e está chovendo ideias. Diz que a questão de participar como conselheiro, seja no CAU, seja integrante de IAB é dispendioso. Então fala na possibilidade de estudarem uma possibilidade, não sei se é instância no momento de parceria de CAU, IAB, ASBEA e todas as outras instâncias que ajudam a profissão de arquiteto. Entende que poderiam somar forças, dividir custos, despesas, para tentar defender da melhor forma possível o profissional e a profissão. Diz achar importante a questão Porto mas não quer entrar no mérito do projeto, porque é a instância. Um projeto desse tipo, desse porte não deve ser simplesmente feito assim, entende que um concurso seria a solução. Que um concurso de arquitetura, apresentaria melhor projeto com certeza. Outra questão é referente ao plano de saúde. Diz que se não tivermos atendimento em nível nacional, podem tentar com a Unimed local para disponibilizar disponibilizar para os arquitetos Mato Grosso, são mil e quatrocentos profissionais, são mil e quatrocentos associados potenciais. Fala na possibilidade de conseguirem um bom contrato com a Unimed. A ideia central é o CAU local, CAU/MT e até discutir. Outra ponto que propõe, é a caixa de assistência ao profissional, a Mutua do CREA. Diz ainda contribuir e utiliza muito essa caixa assistencial. Não sabe se o CAU tem condições de fazer a nossa caixa de assistência ou mesmo fazer uma parceria com a Mútua pois muitos arquitetos ainda contribuem com ela. Porém cita que há algum tempo atrás eles estavam pensando na possibilidade de cortar os arquitetos, mas que isso é ilegal pois os arquitetos ainda estão contribuindo. A fundamentação é que a Mútua se sustenta com porcentagens das ARTs e que os arquitetos não mais contribuem. E finaliza dizendo ser uma questão estudar uma parceria com a Mutua, que acha isso muito importante. O vice-presidente NICÁCIO pergunta se alguém quer colocar mais alguma coisa? O conselheiro GERALDO pede a palavra, diz que só gostaria de parabenizar o conselheiro LAURO, que conheçe a GISA há muito tempo, ela é de Sinop. Ele que pediu para ela participar, colaborar, como eu fiz na última reunião do CREA, eu levei ela e diz ser importante levar pessoas comprometidas, esforçadas, que querem participar. Diz ter gostado de ouvir uns elogios de um antigo professor dela, que é uma pessoa compromissada com a profissão, esforçada. Finaliza dizendo ao conselheiro LAURO que não desmerecendo, que seja bem vindo, que o está conhecendo hoje e pelo que viu será um bom representante também para a nossa classe. O vice-presidente NICÁCIO disponibiliza a palavra para quem quiser fazer alguma colocação antes do fechamento. Complementando o que já foi dito, fala sobre o falecimento de OLIVIO BIGOLIN, que sua filha foi sua aluna na arquitetura, e que além da parte comercial ele se preocupava com a classe e lançou muitas coisas novas que não havia na região e ele plantou essa semente que deu muitos frutos. Uma pessoa responsável, ético e preocupado com a sociedade como um todo, muitos de nós aqui também temos essa visão de não focar só interesses pessoas isso faz com que tenhamos uma sociedade melhor. Muitas vezes a visão dos políticos é quase zero em relação a isso e o curso de de arquiteto e urbanista propicia essa visão. Diz acreditar importante é a participação daquela maneira, quando nós falamos de projeto de urbanismo não falamos da participação e posição do CAU diretamente em cima do assunto. Mas dentro da administração interna, não é que a gente vai dar a opinião e vai resolver a questão de um projeto. Mas a gente tem como fazer, fomentar um debate, audiência pública, estar abrindo um canal para as empresas que estão ligadas ao projeto em si devam participar dando sugestão a sociedade, dos escritórios dos arquitetos e a gente está fomentando esse acontecimento. E diz que pelo que citou do Conselho de Arquitetura, não vão diretamente dizer o que deve ou não ser feito. Devem procurar o canal para a melhor maneira. E aí terão o resultado que querem. Que o Conselho não deve estar funcionando como um avaliador do projeto. O papel do Conselho na qualidade de ensino, sim , com profissionais habilitados para fazer o serviço, sim, mas não diretamente na instituição interferindo na política, na pública ou na privada, mas através desse canal. Diz ainda achar que a conselheira ANA RITA colocou muito bem, talvez até pelo trabalho que realiza na associação que está abrindo todo esse canal para isso. Manifesta-se feliz com a reunião do dia, falaram um pouquinho sobre isso, é, a gente vem tendo dificuldades. Quando entro no Conselho se dispôs ao sacrifício, pois gosta da profissão e dá o sangue, tira dinheiro e tudo, por que eles querem uma coisa boa porque é o que a gente faz. Então tem que funcionar bem porque é nosso sonho, é o amor que a gente tem pela profissão. Diz ter vindo sempre com essa intenção, superando as dificuldades. Diz já ter ocorrido vários debates ali, e que estava um pouco desanimado ano passado com relação a esse último

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718 719

720

721

722

ano. Como conseguir fazer para chegar ao resultado. Porém acha que somando o primeiro com o 724 segundo ano vão aprendendo e fazem um terceiro ano diferente. Que tiveram algumas alterações as 725 quais considera saudáveis como a entrada do conselheiro LAURO; o LIBÂNIO, é filho da cidade, conhece 726 muita coisa para contribuir. Então, pegar o último ano, fazer um trabalho diferenciado e focar, assim, com 727 cada um contribuindo um pouquinho para chegar no final feliz na administração do Conselho de 728 Arquitetura. O conselheiro EDER toma a palavra para finalizar e diz que o Conselho tem que tomar muito 729 cuidado para não entrar nessas ondas aí de gama política. Essas críticas com relação a projeto de 730 colegas, relacionados a espaços públicos elas devem ser mais amadurecidas, assim, e eu, infelizmente, 731 as vezes eu vejo que tem uma certa precipitação com relação a isso, não especificamente com relação 732 ao Porto mas com relação a qualquer outra obra pública. Então tem que ter até um pouco mais de 733 maturidade e saber quem são as pessoas que estão em volta, quem são as pessoas que estão 734 informando que querem envolver o Conselho nessa discussão. Eu não vou me envolver dessa forma, vou 735 me manter independência e vou lutar aqui dentro do Conselho para que o Conselho seja independente, 736 que tenha sua política mais altiva, que tenha preocupações mais nobres. Essas questões ali de ou A ou B 737 que está no poder é passageiro, a cidade fica e o que nós pretendemos, assim como o LIBÂNIO fala do 738 conhecimento do pai dele, talvez se a gente conversar com essas pessoas que tem envolvimento cultural com a cidade, que tem raízes, para gente que não é daqui estar mais inserido também no contexto histórico da cidade porque é uma cidade que a gente precisa melhorar. Por exemplo, cortar todas as árvores de duas avenidas, é uma coisa inaceitável do ponto de vista urbanístico, diante da perspectiva de um futuro que não vai se realizar. As margens dos rios, do córrego do Barbado que tem uma importância histórica para a cidade, até cultural de toda uma região, o que está sendo feito, a quantidade de árvores que foram retiradas. Em troca do que? Então são esses questionamentos independente de ser prefeito, governador, não interessa, essas pessoas vão passar, o que fica é a cidade. Esses viadutos horrosos que estão construídos, essa falta de planejamento, esse estádio de futebol inútil, que isso é uma discussão vã, isso não interessa, interessa o que nós vamos fazer com isso depois. A ausência hoje de uma praça a 8 de Abril feita pelo prefeito WILSON SANTOS que hoje está degradada, de uma visão equivocada, totalmente sem sentido, assim. Então uma cidade tem que saber prioridades, essa é a nossa função como arquitetos, de resgatar o nosso papel social. Nós perdemos a nossa função social. Hoje estamos, quando chamados, chamados por construtora que prestar serviço porque as coisas estão resolvidas. Outrora, os arquitetos determinavam os rumos e os caminhos que a cidade deveria seguir. Devemos resgatar essa nossa posição de importância, não que deva substituir agência de publicidade, que não tem tradição, não tem cultura suficiente para discutir espaço urbano. Eu falo agência de publicidade porque, eles traçam os planos deles com relação as áreas verdes e tal, essas ruas públicas que na realidade são construídas, a imagem construída, pré-fabricada, e para a gente, para a nossa sociedade não cabe mais. A gente não suporta mais esse tipo de coisa porque no nosso dia a dia se prevê uma calçada para andar, , você precisa de educação, você precisa de lixeira, você precisa de um parque, você precisa de coisas que são palpáveis, que são reais. Esse mundo hipotético e ilusório de uma cidade que seria projetada mundialmente, que viriam turistas, isso não existe. Quando você tem toda uma estrutura por trás para que o turista saia daqui falando bem, para que ele consiga levar um pouco da nossa cultura, aquilo que a gente tem de melhor. Não se vê em nenhum momento uma coisa que é simples em Cuiabá, por exemplo, e a questão de você comer um bom doce caseiro. Isso é o que o turista leva na mente. Essa questão da cultura cuiabana, não dessa cultura pré-fabricada do Nico e Lau. Aquela cultura que é a cultura do seu pai, assim, do conversar, do bater papo, dessa questão, por exemplo, dessas tradições, da música, da questão com relação da cidade, da relação com o rio. É uma coisa assim extremamente interessante quem faz esses projetos como esse que está sendo feito aí do Porto não conversa com as pessoas. Não sabe o que tomar um banho de rio. Não tem noção o que é sentar numa canoa, não sabe o que é sentar debaixo de uma árvore. Então essa questão poética é só quem vive, quem participa da vida das pessoas. Conversa com o pessoal de São Gonçalo, conversa com aquelas pessoas, o projeto que seria totalmente diferente. Mas essa é uma questão cultural, de generosidade, a pessoa tem que estar disposta a participar, a se envolver com a comunidade, a se aproximar das pessoas, ter humildade, ninguém governa, ninguém consegue administrar uma cidade sem humildade, sem conversar com as pessoas. Quem em sã consciência, arquiteto, vai propor um absurdo daqueles, a cidade que faz um clima de quarenta e dois graus. Então, assim, de onde vem essas ideias, de onde vem a ignorância manifestada em uma praça. Muita ignorância de arquiteto, de prefeito, de secretario, de pessoas que não tem vínculo com a cidade. Nós precisamos estabelecer vínculos emocionais com a cidade. A partir desses vínculos emocionais você jamais construiria um viaduto como fez o prefeito em frente ao Parque Mãe Bonifácia. Mas isso é reflexo da ignorância. Ao mesmo tempo você tem um parque, que em frente ao parque você constrói um viaduto horroroso, de concreto, uma coisa assim totalmente desproporcional com relação a escala da cidade, em relação ao contexto. Mas isso é fruto do que? Do trânsito dessa cidade que vem sendo complicado diabolicamente há muito tempo para que sejamvendidos os viadutos. Porque os viadutos foram vendidos, eles estão colocados aí na rua, e nós vamos sofrer, e nós vamos pagar por ter que passar por esses absurdos, e ficar olhando essas coisas horrorosas. Diz que a coisa mais bonita que viu quando chegou em Cuiabá, quando estava procurando apartamento para comprar, subiu em um prédio e ficou olhando aqueles quintais. Que isso é cultura, isso é tradição dessa cidade, aí os caras vem e constroem um monte de viadutos e querem que o turista leve boas lembranças dessa cidade. São imponências e absurdos de pessoas que não estão nem aí para a nossa cidade. Então para os arquitetos assumirem essa profissão social, porque nós temos a capacidade

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748 749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769 770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

de perceber aquilo que é importante para a nossa cidade, e traçar metas de uma forma ética. Diz ser possível construir viadutos maravilhosos, de forma poética, integrados à natureza, sem muito impacto ambiental. E exemplifica o viaduto antigo da Av. Do CPA: que impacto que isso tem no visual? Diz ser mínimo, são coisas muito bem feitas, esse viaduto é agradável, é simpático, você passa ele não te agride, não te incomoda, mas era uma outra época. Hoje é uma época que vender, trazer recursos para construtoras e fazem essas coisas horrorosas e vem destruindo a nossa cidade, e a gente tem vínculo emocional com a cidade. Não é essa questão de ser de fora, diz morar aqui, então tem um vínculo emocional próximo da cidade, quer que a cidade melhore, se a gente faz crítica é para que melhore, não é para falar mal. A postura do Conselho, não é se envolver emocionalmente com essas questões pequenas, mas questões maiores. Essa nossa contribuição é algo mais nobre, e isso nós temos condições, temos condições técnicas de organizar para que posamos ser respeitado. Senão estaremos sempre vinculado à imagem dessas figuras que estão administrando a cidade, comandando, fazendo essas coisas. Diz ainda não querer vincular o seu nome a isso. Diz ser suas preocupações com coisas maiores e que isso que espera do Conselho. Que o Conselho tenha um debate em alto nível, maduro, correto, dentro daquilo que é ético, daquilo que é comprometido com a sociedade, com a cidade, pois trabalham desde arquitetura até projetos urbanos para a sociedade, para a cidade e que isso venha durar muito tempo. Sendo que ninguém tem mais nada a se pronunciar, o vice-presidente NICÁCIO declara encerrada a reunião, às 12h20m, lavrando-se a presente ata Jandira Maria Pedrollo, Assessora Técnica do CAU/MT e pelo Presidente , CLAUDIO SANTOS DE MIRANDA, depois de aprovada pelo Conselho.

810 811

791 792

793

794 795

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

Cláudio Santos de Miranda Presidente

( V ST)